



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Of. nº 523/2022/GPBCN

Bom Despacho, 12 de setembro de 2022

À Sua Excelência o Senhor
Vinícius Pedro Tavares de Araújo
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro
35.630-034 – Bom Despacho – MG

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar que cria cargo de Analista Educacional para o Sistema Próprio de Ensino – Sistema Municipal de Educação (SIMED) e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013.

Senhor Presidente,

A Prefeitura Municipal de Educação enviou há alguns dias para tramitação nesta Casa, o Projeto de Lei que cria o Sistema Próprio de Ensino no município de Bom Despacho, denominado Sistema Municipal de Educação (SIMED).

Para sua manutenção, gerenciamento e administração é necessária a criação do cargo de Analista Educacional, que atualmente não existe na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, bem como se faz necessário aumentar 1 (um) cargo de Coordenador V na Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica, do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013.

O Município de Bom Despacho, com a implantação do Sistema Próprio de Ensino, gerenciará seu sistema de ensino definindo normas e metodologias pedagógicas que se adaptem melhor às nossas realidades.

Para tanto, o analista educacional, além de orientar o sistema educacional municipal e a rede privada do segmento educação infantil, também será o responsável pela articulação entre o município no cumprimento das leis Estaduais e Federais.

A denominação de analista educacional será dada para o servidor que atuará também como inspetor escolar da rede municipal e da rede privada na etapa de educação infantil.

Constituir seu próprio sistema de ensino significa para o Município assumir sua autonomia diante dos Entes Federados, a União e o Estado, como preconizam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96).

Trata-se de mais um passo para que o município possa gerir e implementar projetos e soluções para a educação, partindo de sua realidade, com o apoio do Conselho Municipal de Educação, que passará a atuar como órgão normativo.

De salientar que uma das funções do analista educacional será também de orientar o Conselho Municipal, na tomada de decisões que não comprometam as legislações, e desta forma permitirá a condução dos planos educacionais dentro da legalidade e da harmonia entre os entes federados.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Diante do exposto, encaminho o Projeto de Lei que cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013.

Atenciosamente

BERTOLINO DA
COSTA NETO: 50700553649

Bertolino da Costa Neto

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA
NETO:50700553649
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora
Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI
Múltipla, OU=32143163000110, OU=Certificado PF
A3, CN=BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.09.12 15:35:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Projeto de Lei Complementar nº 15/2022

Cria o cargo de Analista Educacional e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013 e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, em especial o inciso V, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nesta Egrégia Casa.

Art. 1º Fica criado na estrutura geral da Secretaria Municipal de Educação e disciplinado no art. 14 da Lei Complementar nº 25/2.013, na forma do item 6.2 01 (um) cargo de Analista Educacional.

§1º O cargo de Analista Educacional será de livre nomeação e exoneração e deverá ser ocupado por quem tenha licenciatura em pedagogia e pós-graduação em inspeção escolar.

§2º O Analista Educacional fará jus ao vencimento no valor de R\$ R\$ 4.638,36 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos).

§3º O Analista Educacional integrará a estrutura geral da Secretaria Municipal de Educação, coordenando o Sistema Municipal de Educação (SIMED).

Art. 2º Fica criado o subitem 6.2, no art. 14 da Lei Complementar – LC 25/13, que trata da Estrutura Geral das Secretarias, que vigorará com a seguinte redação:

Art. 14 (...)

6 (...)

6.2 Analista Educacional.

Art. 3º Fica inserido o §4º no art. 36 da LC 25/2.013, contendo a seguinte redação:

Art. 36 (...)

§4º As atribuições do Analista Educacional, sem prejuízo de outras que vierem a ser definidas em regulamento, serão as seguintes:

I – Acompanhar a finalização dos registros de avaliação e frequência, a regularização de vida escolar, o cumprimento da progressão parcial;

II – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto à regularidade no acesso, permanência e demais atos da vida escolar dos alunos;

III – Garantir a regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos;

IV – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto à observância das diretrizes e normas curriculares, garantia do padrão de



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



qualidade do ensino, construção e implementação da proposta pedagógica, cumprimento do regimento escolar e resultado das avaliações institucionais e desempenho dos alunos;

V – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto a regularidade da escrituração escolar;

VI – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto aos cursos em funcionamento, sua organização curricular e atos de autorização, reconhecimento e renovação, quando for o caso;

VII – Orientar, assistir e controlar o processo administrativo das escolas e, na forma do regulamento, do seu processo pedagógico;

VIII – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto à situação legal e funcional do pessoal administrativo, técnico e docente;

IX – Conferir a autenticidade e a exatidão da documentação da escola, referendando-a antes de seu encaminhamento à SME;

X – Garantir o fluxo correto e regular de informações entre as escolas, os órgãos regionais e o órgão central da SME;

XI – Conhecer a situação do estabelecimento de ensino quanto ao funcionamento da caixa escolar;

XII – Conhecer a situação dos estabelecimentos de ensino quanto à situação dos prédios, instalações, equipamentos e material didático adequado aos níveis e modalidades de ensino;

XIII – Conhecer a situação dos estabelecimentos de ensino quanto ao cumprimento das normas relativas à obrigatoriedade e gratuidade da educação básica em escolas oficiais;

XIV – Verificar a situação do estabelecimento quanto a:

a) cursos em funcionamento, sua organização curricular e atos de autorização, reconhecimento e renovação, quando for o caso;

b) observância das diretrizes e normas curriculares, garantia do padrão de qualidade do ensino, construção e implementação da proposta pedagógica, cumprimento do regimento escolar e resultado das avaliações institucionais e desempenho dos alunos;

c) regularidade no acesso, permanência e demais atos da vida escolar dos alunos;

d) situação legal e funcional do pessoal administrativo, técnico e docente;

e) situação dos prédios, instalações, equipamentos e material didático adequado aos níveis e modalidades de ensino;

f) regularidade da escrituração escolar;

XV – Garantir a regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos.

Art. 4º Acrescenta-se a Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013, 1 (um) cargo de Coordenador V espécie/nível DAM-7.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Art. 5º O provimento do cargo será feito em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º As despesas constantes desta lei complementar correrão por conta da dotação orçamentária 09.001.0012.0122.0001.2070.31901105 Fonte:101 REF: 101.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 12 de setembro de 2.022, 111º ano de emancipação do Município.

BERTOLINO DA
COSTA NETO:
50700553649

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA NETO:
50700553649
DN: CN=BRL, O=CP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz
Brasileira v2, OU=AC SOLUTi, OU=AC SOLUTi Multipl
CA=32431330001110, CN=Certificado PF A3, CN=BERTOLINO
DA COSTA NETO:50700553649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.09.12 15:36:32-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1

Bertolino da Costa Neto

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



ANEXO I
DECLARAÇÃO

Declaro, em cumprimento ao inciso II do artigo 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2.000, que as despesas originadas do presente projeto de lei complementar, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o cargo de Analista Educacional para o Sistema Próprio de Ensino – Sistema Municipal de Educação (SIMED) e aumenta 1 (um) cargo de Coordenador V à Estrutura e Quantitativo do Núcleo de Gestão Estratégica do Anexo I da Lei Complementar nº 25/2013, conforme memória de cálculo anexa, estão adequadas à Lei Orçamentária Anual, sendo alocados recursos suficientes no exercício, levando-se em conta os créditos genéricos e suplementações necessárias através de anulação de saldos de outras despesas, e que o referido projeto é compatível com o Plano Plurianual de Governo e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declaro também, em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da lei complementar 101/2.000, que o presente aumento de despesa não afetará as metas de resultados fiscais propostos para o exercício de 2.023 a 2.024, uma vez que o aporte de recursos para a sua manutenção dar-se-á através da redução de outras despesas previstas.

Declaro, por fim, ainda em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da lei complementar 101/2.000, que para os exercícios de 2.023 a 2.024, as despesas decorrentes do presente projeto serão levadas em consideração na elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, de forma a obter o resultado fiscal previsto para os exercícios de 2.023 a 2.024.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA COSTA NETO
50700553649

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA
NETO:50700553649
CN=C=BR, CN=CP=Brasil, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI,
OU=AC SOLUTI Multiple, OU=3214316300110,
OU=Certificado PF A3, CN=BERTOLINO DA COSTA
NETO:50700553649
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.09.12 15:38:57 -03'00'
Font: PDF Reader Versão: 11.2.1

Bertolino da Costa Neto

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação



METODOLOGIA DE CÁLCULO

Tendo em vista o projeto de Lei que tem como objetivo criar o cargo de Coordenador V para o sistema próprio de ensino para atuar nas instituições escolares municipais, foi utilizada a seguinte metodologia para projeção do aumento das despesas com pessoal do poder executivo:

Apurou-se futura despesa com possível aumento anos de 2022, 2023, 2.024 e 2.025 com 01 Coordenador V para cargo comissionado. No ano de 2.022 será para o período de outubro a dezembro. Utilizou-se o índice de 10,06%, para proceder com o reajuste previsto na Lei 2.388/2014, o mesmo percentual de reajuste aplicado no exercício de 2022 (10,06%), para a remuneração.

O cálculo está na planilha Impacto Orçamentário e Financeiro – 01Coordenador V

Bom Despacho, 31 de agosto de 2.022, 110º ano de emancipação do Município.

ELIANA DE
CARVALHO
SILVA:60762071672

Assinado de forma digital
por ELIANA DE CARVALHO
SILVA:60762071672

Eliana de Carvalho Silva
CRC – MG/087330/0-8



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação



METODOLOGIA DE CÁLCULO

Tendo em vista o projeto de Lei que tem como objetivo criar o cargo de Analista Educacional para o sistema próprio de ensino para atuar nas instituições escolares municipais, foi utilizada a seguinte metodologia para projeção do aumento das despesas com pessoal do poder executivo:

Apurou-se futura despesa com possível aumento anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 com 01 Analista Educacional para cargo comissionado. No ano de 2022 será para o período de outubro a dezembro. Utilizou-se o índice de 10,06%, para proceder com o reajuste previsto na Lei 2.388/2014, o mesmo percentual de reajuste aplicado no exercício de 2022 (10,06%), para a remuneração.

O cálculo está na planilha Impacto Orçamentário e Financeiro – 01 Analista Educacional.

Bom Despacho, 28 de agosto de 2022, 110º ano de emancipação do Município.

ELIANA DE
CARVALHO

SILVA:60762071672

Assinado de forma
digital por ELIANA DE
CARVALHO

SILVA:60762071672

Eliana de Carvalho Silva
CRC – MG/087330/0-8



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação



CERTIDÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Certifico abaixo as dotações orçamentárias referentes ao exercício de 2022 e a disponibilidade financeira da Secretaria Municipal de Educação que tem como objeto as contratações dos cargos de Coordenador V e Analista Educacional, tendo em vista o projeto de Lei que tem como objetivo criar os cargos para sistema próprio de ensino para atuar nas instituições escolares municipais.

Dotação:

09.001.000.0012.0122.0001.2070.31901105 Ref:101 Fonte:101

A presente certidão confirma apenas a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

As dotações acima não estão vinculada a reserva de dotação.

Por ser verdade, firmo a presente via de igual teor e forma para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Bom Despacho –08 de setembro de 2.022

ELIANA DE
CARVALHO
SILVA:60762071672

Assinado de forma
digital por ELIANA DE
CARVALHO
SILVA:60762071672

Eliana de Carvalho Silva
CRC – MG/087330/0-8

Daniela Moreira Rocha
Secretária de Fazenda



Prefeitura Municipal de Bom Despacho – Secretaria Municipal de Educação
Impacto Orçamentário e Financeiro – 01 Coordenador V– Projeto de Lei tem o objetivo de criar o cargo de Coordenador V para o sistema próprio de ensino para atuar nas instituições escolares municipais.
Metodologia de Cálculo

1 – Custo com cargo comissionado de Coordenador V											
Descrição	Quantidade	Valor mensal	Total Remuneração Mensal	Obrigação Patronal + Deficit Mensal	Provisão para 1/3 de férias + 13º salário	Provisão para obrigação Patronal proporcional (13º salário)	Custo mensal Total	Custo Total Anual 2022	Custo Total Anual 2023	Custo Total Anual 2024	Custo Total Anual 2025
Projeto de Lei tem o objetivo de criar o cargo de analista Educacional para atuar nas instituições escolares municipais.	1	3.137,51	3.137,51	1.106,60	348,61	92,22	4.684,94	15.468,73	61.874,92	68.099,54	74.950,35
O salário inicial de 3.137,51											

Prefeitura Municipal de Bom Despacho –MG 31 de agosto de 2.022.

ELIANA DE CARVALHO / Assinado de forma digital por
ELIANA DE CARVALHO
SILVA-60762071672 / SILVA-60762071672

Eliana de Carvalho Silva
CRC – MG/087330/0-8

Gabriela Fernandes da Silva Oliveira
Secretária Municipal de Educação





1 – Custo com cargo comissionado de 1 Analista Educacional

Descrição	Quantidade	Remuneração Mensal básica extensão hora aulas 39,46%	Total Remuneração Mensal	Obrigações Patronal + Deficit Mensal	Provisão para 1/3 de férias + 13º salário
Projeto de Lei tem o objetivo de criar o cargo de analista Educacional para atuar nas instituições escolares municipais.	1	4.638,36	4.638,36	1.635,95	515,37

– O salário inicial de 4.638,36



Departamento Municipal de Educação
Funcional para o sistema próprio de ensino para atuar nas instituições escolares municipais.

Provisão para obrigação Patronal proporcional (13º salário)	Custo mensal Total	custo Total anual 2022	Custo total anual 2023	Custo total anual 2024	Custo total anual 2025
136,33	6.926,01	22.868,31	91.473,23	100.675,43	110.803,38

Prefeitura Municipal de Bom Despacho –MG 29 de agosto de 2.022.

ELIANA DE
CARVALHO
SILVA:60762071672
Eliana de Carvalho Silva
CRC – MG/087330/0-8

Assinado de forma
digital por ELIANA DE
CARVALHO

Gabriela Fernandes da Silva Oliveira
Secretária Municipal de Educação

